



---

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

---



DOCUMENTO DE TRABALHO Nº 2009/03

---

**Qualidade de Vida  
- Uma análise à escala local\***

---

Belbute, J.<sup>(1)</sup>; Marques J.<sup>(2)</sup>; Gomes, C.<sup>(2)</sup>; Carvalho, J.<sup>(2)</sup>; Castro E.<sup>(2)</sup>; Pinto M.<sup>(2)</sup>; Gomes, P.<sup>(2)</sup>

*(1)Universidade de Évora, Departamento de Economia*

*(2)Universidade de Aveiro, Secção Autónoma das Ciências Sociais Jurídicas e Políticas*

---

UNIVERSIDADE DE ÉVORA  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
Largo dos Colegiais, 2 – 7000-803 Évora – Portugal  
Tel.: +351 266 740 894 Fax: +351 266 742 494  
[www.decon.uevora.pt](http://www.decon.uevora.pt) [wp.economia@uevora.pt](mailto:wp.economia@uevora.pt)

---

\* Este texto foi produzido no âmbito de um projecto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com referência PTDC/AUR/64086/2006.

**Abstract/Resumo:**

O tema deste artigo enquadra-se no âmbito do projecto “Custos e Benefícios, à escala local, de uma Ocupação Dispersa”. Esta investigação assenta a sua problemática na dispersão e procura chegar a conclusões e recomendações sobre o fenómeno do alastramento da dispersão; e sobre cenários desejáveis de evolução da ocupação dispersa existente, no que respeita à infra-estrutura e/ou à mobilidade e/ou à carga construtiva. Assim, o objectivo do projecto, essencialmente operativo, é o de confrontar os custos e os benefícios (Qualidade de Vida) para uma diversidade de contextos territoriais, as cidades alargadas de Aveiro/Ílhavo e Évora e respectiva subdivisão em Unidades Territoriais de Base UTBs. Para atingir este objectivo, o percurso metodológico desta investigação integra, para além de outros objectivos específicos, a formulação do conceito de Qualidade de Vida e a sua tradução em algoritmo, que aqui desenvolvemos.

**Palavras-chave/Keyword:**

Qualidade de Vida, Bem-Estar, Avaliação Económica, Custos e Benefícios, Escala Local

**Classificação JEL/JEL Classification:**

I31, R00, R12, R13

# Qualidade de Vida

## - Uma análise à escala local

Belbute, J.<sup>(1)</sup>; Marques J.<sup>(2)</sup>; Gomes, C.<sup>(2)</sup>; Carvalho, J.<sup>(2)</sup>; Castro E.<sup>(2)</sup>; Pinto M.<sup>(2)</sup>; Gomes, P.<sup>(2)</sup>

E-mail: [jjmarques@ua.pt](mailto:jjmarques@ua.pt)

<sup>(1)</sup>Universidade de Évora, Departamento de Economia

<sup>(2)</sup>Universidade de Aveiro, Secção Autónoma das Ciências Sociais Jurídicas e Políticas

### INTRODUÇÃO

O tema deste artigo enquadra-se no âmbito do projecto “*Custos e Benefícios, à escala local, de uma Ocupação Dispersa*”. Esta investigação assenta a sua problemática na dispersão e procura chegar a conclusões e recomendações *sobre o fenómeno do alastramento da dispersão; e sobre cenários desejáveis de evolução da ocupação dispersa existente, no que respeita à infra-estrutura e/ou à mobilidade e/ou à carga construtiva*. Assim, o objectivo do projecto, essencialmente operativo, é o de confrontar os custos e os benefícios (Qualidade de Vida) para uma diversidade de contextos territoriais, as cidades alargadas de Aveiro/Ílhavo e Évora e respectiva subdivisão em Unidades Territoriais de Base UTBs. Para atingir este objectivo, o percurso metodológico desta investigação integra, para além de outros objectivos específicos, a formulação do conceito de Qualidade de Vida e a sua tradução em algoritmo, que aqui desenvolvemos.

## 1. DA MULTIDIMENSIONALIDADE DO CONCEITO DE QUALIDADE DE VIDA À SUA DEFINIÇÃO À ESCALA LOCAL

Quando se pergunta a uma pessoa o que entende por Qualidade de Vida (QdV)<sup>†</sup> é muito frequente obterem-se respostas diferentes e não é raro ouvir que “*ela engloba tudo*”, ou que e ela é “... *muita coisa*”, etc. Na verdade, a já extensa bibliografia actual sobre o tema é unânime num ponto: a QdV é um conceito multidimensional, complexo e dinâmico que tem vindo abranger diferentes significados e variações consoante a perspectiva e/ou campo do saber como a economia, a sociologia, a psicologia, a história, a medicina, a epidemiologia, etc.

Em todas estas áreas científicas procuram-se, naturalmente, respostas a múltiplas, variadas e específicas perguntas de pesquisa o que demonstra que a maioria das abordagens “sectoriais” não é motivada por razões de mera curiosidade académica mas de ordem pragmática, funcional e, muito recentemente, é mesmo justificada pela necessidade de apoio e justificação de políticas públicas (locais, regionais, nacionais e transnacionais) concretas.

Todavia, esta multiplicidade de abordagens ao conceito QdV com origem em diferentes “modelos” de análise e orientações epistemológicas (Felce e Perry 1995, Rapley 2003) cria sérias dificuldades ao estabelecimento de uma base consensual sobre o seu conteúdo e sobre a sua definição (Gössweiner, Pfeiffer e Richter 2002; Ferrão e Guerra 2004).

Não existe uma definição única, universal e consensual de QdV e, como refere Liu, citado por Felce e Perry (1995: 52), existem “...*as many quality of life definitions as people*”. Por outro lado, a enorme legião de indicadores, componentes ou domínios de QdV individual ou societal espelha bem a falta de consenso quando ao seu significado.

O interesse pela QdV é relativamente recente e tem a sua origem no movimento de indicadores sociais da década de 60 estimulado pelo impulso conjunto da NASA e da American Academy of Arts and Sciences que procuravam avaliar os impactos sociais do programa espacial Norte Americano (Noll, 2000, 2004 e Ferris, 2006). É importante salientar que, por esta época, o conceito afirma-se como alternativa a uma perspectiva

---

<sup>†</sup> A qualidade de vida (QdV) é uma das componentes fundamentais do projecto de investigação “Custos e benefícios a uma escala local de uma ocupação dispersa” constituindo um desafio, para a investigação em curso, pela complexidade e multidisciplinaridade que o próprio conceito comporta.

materialista e redutora, e sublinha a sua natureza conceptualmente complexa e multidimensional - em coerência, de resto, com os objectivos de desenvolvimento social. Como refere Noll (2004, 153) *”the concept of “quality of life” was born as an alternative to the more and more questionable concept of material prosperity in an affluent society and was considered the new, multidimensional and much more complex goal of societal development”*.

Outra das dificuldades colocada à definição do conceito consiste na sua associação frequente como sinónimo de Bem-estar, Felicidade, Satisfação com a Vida, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Sustentável, etc. Para além de ser um reflexo da diversidade de factores que são entendidos como determinantes da QdV, esta multiplicidade de abordagens revela ainda a natureza subjectiva e mesmo estética (vide Rapley 2003) do conceito e que, por isso, o expõe facilmente à influência de perspectivas marcadamente individualizadas. Não obstante a presença deste elemento subjectivo, Rapley (2003) reconhece um traço comum a todas estas abordagens a que chama *“family resemblance”*<sup>‡</sup>: não obstante os membros de uma “família” (no caso QdV) se encontrarem “unidos” pela sua identidade familiar não têm, necessariamente, que estar unificados e expressos na mesma unidade quantitativa ou qualitativa. São apenas manifestações diferentes da mesma identidade.

Pese embora as dificuldades na identificação clara e “unânime” do conteúdo (o que, naturalmente, se traduz nas dificuldades encontradas na sua operacionalização), o conceito tem vindo a merecer a atenção não apenas da comunidade académica mas também de *policy-makers* na medida em que se tem revelado determinante nas decisões de localização dos agentes e das actividades económicas, no crescimento e declínio das zonas urbanas, nas formas de ocupação do espaço e do território e, concomitantemente, na sua competitividade (intra e inter-regional). Vale a pena recordar, a este propósito, a existência de instrumentos estratégicos nacionais (como o POLIS XX) e mesmo comunitários (como a *“dimensão urbana das Políticas Comunitárias para o período 2007-2013”* e ainda a *“Renewed EU Sustainable Development Strategy”* (RSDS) adoptada pelo Conselho Europeu em Junho de 2006) que elegem a QdV como a sua

---

<sup>‡</sup> Numa analogia ao projecto “Wound Shock” levado a cabo por Wittgenstein durante a IIª Grande Guerra no Guy’s Hospital em Londres com feridos de guerra em que este médico se declarou incapaz de definir com rigor o “Wound Shock” (WS) apesar de ser possível “medir” o estado de saúde físico dos doentes e civis feridos. Para Rapley, o “erro” no WS foi “ver” para além do “family resemblance” e imaginar *“...that an underlying relationship between the multiplicity of manifestations of illness was implied by the existence of a term which appeared to unite them into a singular entity”*

principal preocupação. Em particular, a RSDS - 2006 assume mesmo como objectivo estratégico a identificação o desenvolvimento de “... *actions to enable the EU to achieve continuous improvement of quality of life both for current and for future generations*”.

Naturalmente que a inclusão da QdV no núcleo central das políticas públicas regionais, nacionais e mesmo internacionais exige que, em nome da sua eficácia, se desenvolvam esforços que procurem superar as dificuldades conceptuais enunciadas anteriormente e se procurem soluções que o operacionalizem e o tornem num instrumento útil para a concepção e pilotagem das políticas públicas.

É por essa razão que se tem vindo a assistir a um esforço para identificar factores de convergência quanto à natureza (a já referida “*family resemblance*” de Rapley). O quadro seguinte apresenta um resumo dos factores delimitadores de QdV.

**Quadro 1** – Suporte para a delimitação dos atributos do conceito de QdV

Autor	Definição
Sétien (1993, citado por Ramírez e Tovar 2002)	Três âmbitos de análise: aspectos materiais/aspectos imateriais; aspectos individuais/aspectos colectivos; aspectos objectivos/aspectos subjectivos.
Nuvolati (1998 <i>apud</i> Santos <i>et al</i> 2005)	Cruzamento da dicotomia individual/colectivo com a dicotomia do material/imaterial, de que resulta a análise de QdV centrada em cinco grandes domínios: materiais colectivos; materiais individuais; não materiais colectivos; não materiais individuais; contexto geral.
Trevor Hancock (2000, <i>apud</i> Ferrão e Guerra 2004)	Conjugação das percepções subjacentes às dimensões subjectivas/qualitativa e das condições objectivas/quantitativas com os níveis individual e comunitário.
Gössweiner <i>et al</i> (2002)	Complexidade subjacente à análise, resultando o conceito de QdV da conjugação das situações de vida objectivas e subjectivas dos indivíduos e grupos. Saliente-se a interrelação com as políticas a partir do desenvolvimento do conceito de Qualidade Social.
Ferrão e Guerra (2004)	Conceito integrado de QdV ressaltando a reorientação teórica com a valorização das dimensões bem-estar subjectivo; avaliação do desenvolvimento, integrando aspectos não estritamente económicos, considerados na diversidade de situações culturais e institucionais existentes; e a integração da sustentabilidade ambiental

Assim, com base na bibliografia consultada, no conceito de QdV encontram-se conjugados indicadores de natureza diversa: qualitativos e/ou quantitativos; subjectivos e/ou objectivos; material e/ou imaterial; relacionais; individuais e/ou colectivos (pressupondo que a percepção da QdV se faz também com referência a um grupo a que pertencemos ou gostaríamos de pertencer ou com que nos identificamos).

No contexto do projecto de investigação que dá origem a este artigo, este conceito de QdV é relevante no desenvolvimento de duas vertentes.

Em primeiro lugar, porque o projecto procura avaliar os custos e os benefícios associados à ocupação do território de natureza dispersa (ainda que com tipologias diversas), por comparação com a tradicional ocupação concentrada.

Em segundo, porque a QdV tem sido usada como factor que pode ajudar a explicar as razões que justificam a capacidade de territórios em atrair ou repelir pessoas e/ou actividades económicas, o crescimento e declínio de zonas urbanas e mesmo a própria forma de ocupação do espaço/território.

Ao fixar como objecto de análise a QdV a uma escala local, pretende-se medir e distinguir o conceito em diferentes contextos socio-territoriais, Aveiro/Ílhavo – Évora, ao nível de diferentes contextos socioeconómicos das populações e ao nível das diferentes formas de ocupação urbana (dispersa/compacta) do território.

Neste âmbito, assume-se o conceito de Qualidade de vida como a manifestação individual e/ou colectiva das preferências e comportamentos revelados perante as características intrínsecas do local.

Ainda que a percepção da QdV seja importante ao nível das aspirações e expectativas, a introdução dessa dimensão na investigação limita-nos na focalização do objectivo, isto é, o de diferenciar e medir a QdV ao nível local de acordo com os contextos específicos em que se encontram os residentes. Temos também consciência, que considerar as expectativas dos residentes, na operacionalização do conceito de QdV, poderia causar enviesamento no estudo. Isto porque introduz uma dimensão que facilmente pode ser sub avaliada ou sobre avaliada por estar sobretudo dependente do quadro de valores e referências pessoais (sociais, profissionais, económicas, familiares etc.) dos residentes e não tanto da sua vivência num determinado local.

## **2. PROBLEMAS À OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE QUALIDADE DE VIDA**

Acabámos de ver como o consenso em torno do conceito de Qualidade de Vida (QdV) se concentra em torno de três dicotomias: subjectivo/objectivo, colectivo/individual, material/imaterial. O que acarreta, então, a medição de algo compósito, repleto de

heterogeneidades e de componentes de ordem diversa. As dificuldades na operacionalização residem precisamente no que está para lá deste consenso.

Dar corpo a este conceito de teor algo abstracto (porque imensamente lato) implica, inevitavelmente, uma decisão discricionária que pode (e vai) influenciar determinantemente os resultados obtidos e, quando for esse o propósito da investigação, as suas implicações políticas (Myers, 1988).

As dicotomias que enformam o próprio conceito introduzem obrigatoriedades à sua operacionalização: o espaço que tem que ser concedido ao subjectivo, ao individual e ao imaterial implica necessariamente uma abertura por parte da equipa de investigação à voz dos protagonistas dessas vidas cuja qualidade se pretende medir. Aproximamo-nos assim de Kitchen e Muhajarine (2008:2): *“often, the academic community assumes that it understands the problems and issues facing society and that it is in the best position to prescribe the most appropriate solutions (Williams et al. 2005). At times, this situation has led to frustration and even disappointment among community members including disadvantaged groups, for example, who feel their circumstances have not been properly addressed”*.

No entanto, esta dicotomia implica que, para além de se dar a possibilidade de definição da QdV ao sujeito, se garanta igualmente que o conceito seja operacionalizável e responda aos requisitos da investigação. Esta tomada de decisões relativamente à relevância de determinados elementos da QdV por parte da equipa de investigação nunca poderá prescindir de uma cuidada e rigorosa fundamentação. Por outras palavras, estudar a QdV implica uma análise simultânea do sujeito e do objecto de estudo (Türksever e Atalik 2001), uma vez que se nos limitássemos à avaliação individual de QdV teríamos problemas de avaliação por não se conhecer a ponderação dos elementos aos quais os indivíduos atribuem maior ou menor peso.

Por outro lado, apesar de ser relativamente simples analisar partes do conceito, surge o problema de como garantir que a soma destas partes corresponda ao seu todo. Como nos relembra Myers (1988: 357): *“however, the individual factors of quality of life are weak predictors [of overall quality of life] because the concept is so multidimensional”*.

É, por isso, necessária uma meticolosa escolha das componentes do conceito a avaliar, não no sentido de assegurar que a sua soma se aproxime o mais possível do todo da QdV, mas da faceta da QdV que é o objecto particular de determinada investigação. E é



neste contexto que se deve incorporar o aviso de Türksever e Atalik (2001) quanto aos perigos da multicolinearidade das variáveis explicativas eleitas: deve procurar-se explicar o mais possível recorrendo ao mínimo número de variáveis possível; para tal, a máxima independência das variáveis explicativas entre si deverá ser um dos critérios a presidir à sua escolha.

Estas questões serão avaliadas com maior pormenor aquando da definição da metodologia por nós adoptada, dando-se relevo às limitações destes indicadores compósitos e à forma como se tentará contorná-los no seio desta investigação.

Quando se pretende operacionalizar o conceito de QdV na sua relação com um determinado território, algumas destas disposições adquirem contornos distintos, ao mesmo tempo que surge outro tipo de problemas.

Em primeiro lugar, as componentes da QdV a analisar devem ser direccionadas para aqueles elementos associáveis ao território. Portanto, abandona-se o intento de analisar uma QdV *total* rumo a uma QdV *territorial*. Será particularmente importante assegurar que, recorrendo à inquirição de indivíduos, estes estejam conscientes desta diferença.

Uma outra questão advém da delimitação das próprias áreas de estudo: não só pela desagregação geográfica da informação (estatística) disponível, mas também pela eventual arbitrariedade do desenho dos limites dessas mesmas áreas, que poderão incluir heterogeneidades no seu seio.

Para além disto, e directamente relacionado com as potenciais heterogeneidades internas das áreas de estudo, em determinados casos fará sentido procurar diferentes concepções de QdV e diferentes implicações dos territórios na QdV de diferentes indivíduos/grupos de opinião. Será, como veremos adiante, o caso desta investigação.

As limitações na disponibilidade de dados para comparação, particularmente dos subjectivos, é outra das dificuldades que se colocam

Outra questão a ter em conta decorre do enfoque (não exclusivo, note-se) em torno dos aspectos comunitários, em detrimento do bem-estar individual. Ao discorrer sobre como o conceito de QdV deve ser apropriado pela disciplina do planeamento, Myers (1988:355) afirma que *“research on personal well-being diverts emphasis from community level factors to personal factors.”*; logo, *“[it] makes good sense to pay particular attention in quality of life studies to those environmental aspects which*

*require concerted societal action in order to maintain or improve them*” (Milbrath 1979 apud Myers 1988: 355)

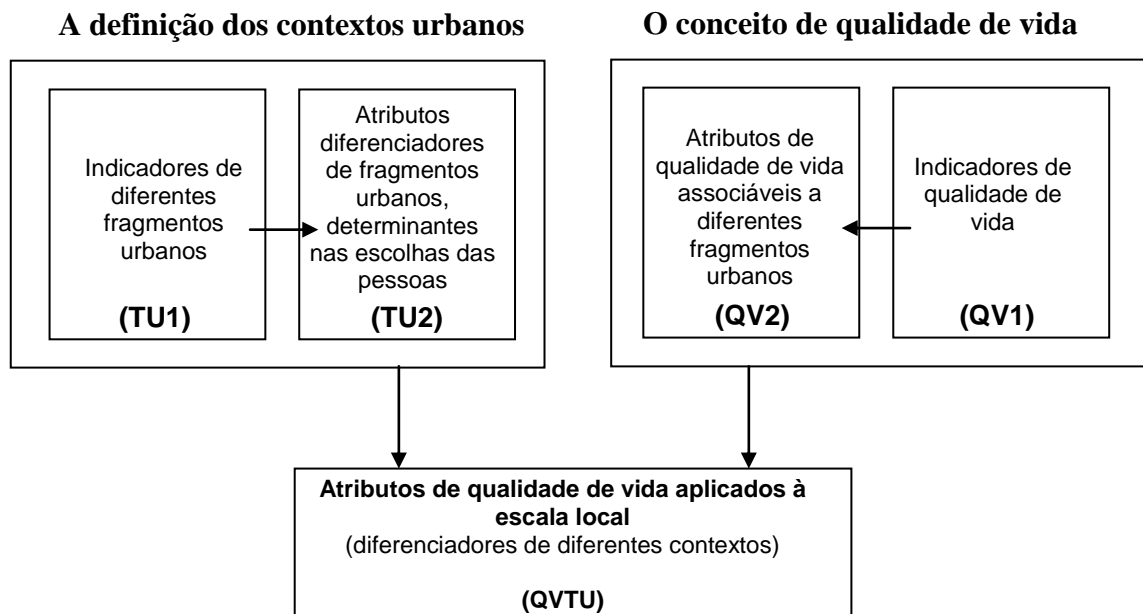
De facto, a apropriação do conceito de QdV pela disciplina do planeamento territorial introduz especificidades adicionais à problemática da sua operacionalização. Em particular, importa reflectir sobre como excluir (ou antes: se interessa excluir) os itens da QdV sobre os quais não se pode actuar, analisando somente os tais aspectos ambientais que requerem uma acção social concertada para a sua manutenção ou melhoria; e sobre como se assegura que a medição do conceito seja, de facto, relevante para a definição de políticas públicas (Myers, 1988: 351-2)

### **3. DO CONCEITO DA QUALIDADE DE VIDA À ESCALA LOCAL**

Nesta secção, procura-se delinear os critérios que servirão de base à identificação e selecção dos atributos de Qualidade de Vida à escala local. A partir da definição do próprio conceito, que incide nos comportamentos e nas escolhas declaradas pelas populações considerando as características próprias do local, é indispensável que este se relacione com os contextos urbanos específicos de cada local.

Assim, como é ilustrado pela figura 1, o conceito de Qualidade de Vida à escala local decorre, por um lado, da identificação e delimitação dos diversos contextos territoriais em estudo e, por outro, da identificação e delimitação dos indicadores territorializáveis do conceito de Qualidade de Vida.

**Figura 1** – Construção dos atributos de Qualidade de Vida



Em seguida, descrevem-se alguns pressupostos que estão na base da definição e delimitação dos indicadores e atributos de Qualidade de Vida e dos fragmentos urbanos:

#### Para os fragmentos urbanos

##### **TU1 - Identificação de diferentes fragmentos no quadro da cidade alargada**

Cada fragmento urbano corresponderá a uma escala territorial associável ao conceito de bairro (que denominamos Unidade Territorial de Base - UTB), ou a uma área de menor dimensão, quando as características da ocupação existentes o justifiquem.

A identificação e distribuição de contextos urbanos assentará em:

- localização
- tecidos urbanos
- usos

O factor **localização** procura captar a importância da “acessibilidade” na ocupação do espaço e, em particular, no grau de acessibilidade a bens ou serviços (públicos e/ou privados) centrais e à distribuição/concentração de emprego existentes na cidade alargada.

A análise dos **tecidos urbanos**, num conceito que inclui ocupação compacta e ocupação dispersa, assentará nos seus elementos físicos constitutivos, nomeadamente espaço público, edifícios e parcelas. Nos contextos dispersos, haverá ainda que considerar

ocupação agroflorestal (que, à semelhança dos edifícios, também são associáveis a parcelas).

Centrando-se a análise em contextos habitacionais, a consideração dos *usos* incluirá áreas monofuncionais ou de diferentes misturas funcionais, com maior ou menor peso de terciário, de indústrias/armazenamento, e agricultura/florestas.

## **TU2 - Identificação de atributos que caracterizam e distinguem diferentes fragmentos urbanos**

Identificados cada um dos contextos urbanos, procurar-se-á saber o que os caracteriza e o que os distingue, numa perspectiva essencialmente física, e que, conseqüentemente, poderá presidir às escolhas habitacionais da população na sua busca de Qualidade de Vida.

### Para a Qualidade de Vida

#### **QV1 – Indicadores territorializáveis de Qualidade de Vida**

Da definição do conceito de Qualidade de Vida depreende-se uma imensidão de indicadores, mensuráveis a diversas desagregações espaciais e aplicados a diversos temas e grupos específicos de população.

Os indicadores de Qualidade de Vida a considerar serão aqueles que têm um significado territorial e/ou vivencial da população a residir em meio urbano. Poderão ser : i) de natureza objectiva, constituídos por um conjunto de informação que permita, por um lado, avaliar os serviços de apoio básico às populações, e por outro, aqueles de apoio complementar (estes dados são secundários e resultam de fontes estatísticas e/ou cartográficas); ii) de natureza subjectiva (dados primários), definidos a partir de inquéritos às populações e que traduzirão as percepções e avaliações da Qualidade de Vida de grupos de opinião reportados a diversificados contextos urbanos.<sup>§</sup>

#### **QV2 - Atributos de Qualidade de Vida diferenciadores de contextos urbanos**

Os atributos que servirão de base à medição do conceito de Qualidade de Vida em diferentes contextos socio-territoriais serão aqueles que permitem evidenciar e/ou diferenciar aspectos essenciais e distintos dessas mesmas realidades. A identificação e

---

<sup>§</sup> Para maior detalhe ver Gomes e tal (2008).

selecção dos atributos deverão levar em linha de conta os critérios delimitadores dos de fragmentos urbanos, anteriormente enumerados:

- **localização** – percepção da maior ou menor acessibilidade (distância-tempo) a bens e serviços de apoio básico ou complementar;
- **usos** – diferenciação de acordo com as funcionalidades atribuídas;
- **tecidos urbanos** – na relação das tipomorfologias à percepção de QdV associada aos diversos fragmentos urbanos.

### **QVTU - Atributos de Qualidade de Vida aplicados à escala local**

A definição dos atributos de Qualidade de Vida à escala local, valorativos das percepções individuais/colectivas nos diferentes tipos de ocupação urbana, resultam da sua contextualização aos casos de estudo de Aveiro/Ilhavo e Évora.

O número reduzido de atributos é uma premissa indispensável à operacionalização da função de Qualidade de Vida (argumentos da função de utilidade) explorado no ponto seguinte (*Metodologia para medir a Qualidade de Vida à escala local*).

## **4. METODOLOGIA PARA VALORAR A QUALIDADE DE VIDA À ESCALA LOCAL**

Ainda que exista uma grande diversidade de metodologias para a operacionalização do conceito de Qualidade de Vida (QdV), subsiste uma relativa concordância nos métodos usados. O quadro 2 resume as tipologias de análise e possibilidades de abordagem ao conceito de QdV:

**Quadro 2 – Tipologia de Análise e Possibilidades de Abordagem**

	<b>Abordagem Top-Down</b>	<b>Abordagem Bottom-Up</b>
<b>Tipo A</b> (Lugares)	Dados secundários/objectivos por recolha de informação estatística <i>abordagem de Dissart e Deller iii)</i>	Dados Subjectivos/Primários por observação in loco
<b>Tipo B</b> (Lugares e Pessoas)	Preços implícitos para amenidades específicas – modelos hedónicos	Dados primários complementados com dados secundários

	<i>abordagem de Dissart e Deller iv)</i>	<i>abordagem de Dissart e Deller ii)</i>
<b>Tipo C</b> (Pessoas)	Dados secundários/objectivo por recolha de informação estatística	a) Inquéritos a residentes com perguntas de escala tipo Likert <i>abordagem de Dissart e Deller i)</i>  b) Outros inquéritos

*Fonte: Gomes et al (2008)*

Contudo, no que se refere à construção de um índice agregado de QdV, alguns investigadores (Johansson 2002; Erikson 1993; *cit. in* Hagerty e Land 2007) referem que não deve ser elaborado qualquer indicador agregado ou compósito de QdV. São indicadas duas barreiras à sua construção:

Primeiro, porque consideram o conceito demasiado abstracto para ser útil e operacionalizável. Por ser composto por componentes pouco correlacionadas entre si tornam difícil a delimitação das dimensões de QdV num único indicador. A multidimensionalidade e a própria complexidade do conceito de QdV, por demais explorada na literatura, são apontadas por muitos outros autores como os principais factores que concorrem para as dificuldades da sua operacionalização (e.g. Royuela e Artís, 2006, Mohan e Twigg, 2007).

O segundo aspecto prende-se com discordância dos pesos que devem ser atribuídos a cada uma das dimensões na construção de um índice de QdV. Estes pesos condicionam decisivamente a agregação de um conjunto de dimensões num mesmo indicador agregado ou compósito. Os resultados da aplicação de técnicas de análise multivariada, por exemplo, a Análise Factorial de Componentes Principais, assim o comprovam, dado o carácter independente das dimensões que compõem cada um dos factores.

Um outro problema prende-se com a inconsistência na forma como as populações percebem a sua QdV. “*Um indicador agregado de QdV é não é explicado pelas suas dimensões segmentados nem as estas dimensões integram de modo evidente os indicadores mais específicos, verifica-se alguma incongruência, no sentido de que o indicador macro não corresponde à combinação linear das dimensões meso; nem as dimensões meso são combinações lineares dos indicadores micro* (MARQUES, 2008)”. Isto significa que, como conclui o estudo, na apreciação global da QdV “*os inquiridos*

*mobilizaram factores de natureza pessoal e subjectiva, diversos daqueles acerca dos quais foram questionados.”*

Não obstante as dificuldades associadas à operacionalização do conceito, muitos autores salientam a importância de integrar num mesmo factor elementos de natureza diversa de modo a encontrar indicadores que permitam medir as percepções sociais de QdV, assim como a efectiva QdV às várias escalas.

Land (2000) cit. in Hagerty e Land 2007 resume, no campo da sociologia, a evolução da construção dos índices sintéticos de QdV, que emergiram da cada vez mais facilitada tarefa de disponibilização de dados sociais em muitas sociedades, e o modo como os pesos podem ser desenvolvidos na construção de índices compósitos. Dos índices apresentados\*\* destacavam-se dois: *Human Development Index* (desenvolvido no âmbito das United Nations Development Programme - 1993) e o *Index of Social Health* (desenvolvido por Miringoff - 1999)

O *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* é um exemplo claro de um indicador agregado que pode ser usado para comparar unidades territoriais, mais especificamente, os países mundiais. Recentes publicações das Nações Unidas permitem também fazer uma análise comparativa temporal ao longo dos últimos 25 anos. É calculado baseado em 3 indicadores *log PIB* (paridade de poder de compra); *esperança média de vida* em anos; e *educação* (média da taxa de literacia e taxa de matriculados no ensino). Estes três indicadores são primeiramente transformados de modo a serem representados num mesmo campo de variação (entre 0 e 1) e posteriormente dão origem ao IDH pela média aritmética dos valores das três componentes. O resultado traduz de uma forma padronizada a avaliação e a medida do bem-estar de uma população, mas não é justificada a razão pelo qual os três indicadores são apresentados com o mesmo peso, nem é explicado o efeito da possível alteração dos pesos no indicador final. Outras questões são levantadas por Land (2000), citado em Hagerty e Land (2007), como sejam: “*Do individuals (or members of any social group) hold equal weights for those indicators? Do individuals hold such diverse weights that no index can capture the views of the group? “*

---

\*\* Diener’s (1995) Value Based Index of National Quality of Life; Estes’s (1984, 1988, 1997) Index of Social Progress; Johnston’s (1988) Comprehensive Quality of Life Index; Land, Lamb, and Mustillo’s (2001) Index of Child and Youth Well-Being; Morris’s (1979) Physical Quality of Life Index (PQOL); and Veenhoven’s (1996) Happy Life-Expectancy Index.

O *Índice da Saúde Social* (ISS) é outro exemplo de um indicador agregado de QdV. É construído baseado em 16 indicadores sociais<sup>††</sup>. Indexando cada um dos indicadores ao seu valor mais elevado, no histórico dos anos onde há dados (desde 1970), o ISS é calculado pela média de todos os valores, assumindo mais uma vez mais pesos idênticos em cada uma das componentes.

Note-se que, para os Estados Unidos da América e para um mesmo período de tempo, o índice de QdV traduzido pelo IDH aumenta, enquanto que avaliado pelo ISS mostra uma diminuição. Claramente, a não ponderação dos pesos e da importância de cada um dos indicadores usados leva a tal inconsistência dos resultados apresentados.

Hargerty et al (2001) analisaram outros 20 índices e concluíram não existir tratamento satisfatório para o problema dos pesos ou das importâncias dos indicadores, porque *“none explicitly considers how individuals themselves weight each social indicator, nor do they deal with the likely variation in weights over people”* O mais comum procedimento, como já se referiu, é assumir pesos indiferenciados para todos os indicadores sociais (depois de estandardizados).

Como forma de contornar alguns dos problemas já apresentados, o modelo desenvolvido para este estudo assenta na construção de uma função de utilidade / hedónica no qual se faz depender QdV em função de um conjunto de atributos e da importância relativa para a explicação do indicador agregado. A Qualidade de Vida ( $QdV_i$ ) é definida por uma função de preferências, percepções e realidades intrínsecas ao local (i):

$$QdV_i = f(\alpha_{ik} A_{ik})$$

Onde “ $A_{ik}$ ” representa os “ $k$ ” atributos presentes na unidade territorial “ $i$ ” que os indivíduos consideram relevantes para a sua noção de QdV e “ $\alpha_{ik}$ ” representa a ponderação atribuída pelos indivíduos a cada um dos atributos<sup>‡‡</sup>. Em rigor, cada uma destas ponderações revelará a importância atribuída pelos indivíduos aos atributos “ $k$ ” para a sua noção de QdV.

A multidimensional da QdV está presente neste “modelo” uma vez que os atributos são vários.

---

<sup>††</sup> Salário semanal médio, esperança de vida aos 65 anos, balanço ricos e pobres, taxa de crime violenta, mortalidade infantil, abuso de criança, crianças na pobreza, taxas de suicídio, abandono escolar, nascimentos na adolescência, desemprego, cobertura de seguro de saúde, pobreza nos idosos, tráfego de álcool e de drogas, e acessibilidade.

<sup>‡‡</sup> Note-se que são admissíveis “ $n$ ” unidades territoriais e “ $k$ ” atributos.



A metodologia seguida assenta, desde logo, na identificação dos atributos de valorização da QdV associados a diferentes unidades territoriais ( $A_{ik}$ ).

Como foi referido anteriormente, o conceito de QdV pode ser avaliado multidimensionalmente por uma bateria de indicadores, contudo a tentativa de agregar todo o tipo de informação num mesmo índice compósito conduz a uma falta de versatilidade operacional. Deste modo, os atributos são definidos criteriosamente de modo a permitirem comparar de forma inequívoca a QdV nas diferentes formas de ocupação do território, em termos de morfologias de ocupação e de localização.

A definição dos atributos são obtidos segundo três abordagens:

- i) por revisão da literatura: permitindo antever os os indicadores normalmente utilizados para medir QdV<sub>i</sub>;
- ii) pelo conhecimento empírico das unidades territoriais: que nos permitirá territorializar os indicadores aos casos concretos que se queremos ver avaliados;
- iii) por inquérito: com vista à validação dos atributos resultantes da vivência (percepção e comportamento) das populações que residem nas unidades territoriais em análise.

Definidos os atributos importa avaliar os contributos relativos de cada um no indicador global de Qualidade de Vida (QdV<sub>i</sub>). A definição dos pesos dos atributos de valorização da Qualidade de Vida ( $\alpha_{ik}$ ) é feita por inquérito, para exemplos abstratos, de acordo com os diferentes grupos de opinião e função da valorização que cada individuo faz dos aspectos específicos da Qualidade de Vida.

Por fim, resta aplicar o modelo às unidades territoriais de análise de modo a permitir avaliar a existência de cada um dos atributos em cada lugar específico. A aplicação do modelo é feita com base no conhecimento empírico e na avaliação dos atributos pela constatação da sua existência (ou não) nas unidades territoriais em análise. Caso se entenda útil a avaliação dos atributos é feita também por inquérito aos residentes de modo a perceberem como é que cada um vive cada uma das partes da cidade.

Como forma de validar o modelo procura-se também, por inquérito, medir o indicador agregado de Qualidade de Vida (QdV<sub>i</sub>)

Em síntese, o índice de Qualidade de Vida (QdV<sub>i</sub>) é assumido como uma função de preferências que expressa as percepções individuais face a um conjunto  $k$  de bens, serviços e/ou atributos  $A$ , característicos ao território  $i$  que concorrem/contribuem para a sua noção de QdV<sub>i</sub>. Seguir-se-á, assim, a seguinte metodologia:

- Identificação dos  $k$  atributos  $A$ 's relevantes para noção de QdV dos indivíduos, associáveis a cada uma das unidades territoriais ( $A_{ik}$ )
- Definição dos pesos relativos atribuído ao atributo  $A$  de valorização da Qualidade de Vida de acordo de acordo com os diferentes grupos ( $\alpha_{ik}$ )
- Identificação da existência dos atributos em cada unidade territorial de análise
- Medição do indicador agregado de Qualidade de Vida ( $QdV_i$ ) para validação do modelo

Como última nota, refira-se que a forma funcional da função (linear ou não linear) é um aspecto não abordado nesta reflexão mas será convenientemente desenvolvido no decorrer desta investigação.

## **5. A NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A análise bibliográfica permitiu identificar algumas linhas de força sobre a investigação acerca da qualidade de vida e a da sua influência sobre a ocupação do espaço, a organização das cidades, o seu crescimento e declínio, a sua competitividade, etc.

A qualidade de vida tem características típicas do que a economia designa de “bem público”. Evidencia um grau de exclusividade extraordinariamente baixo (isto é, não é divisível e, por isso, dificilmente apropriável ou, em alternativa, é extraordinariamente difícil ou dispendioso impor-lhe “direitos de propriedade”) e, simultaneamente, um baixo grau de rivalidade (isto é, o uso que um agente faz dela não impede que outros a usem também).

Precisamente por causas destas características, a QdV gera o que se designa de “efeito externo” (externalidade) sobre os agentes que, por natureza, tende a ser positivo e que os seus “beneficiários” geralmente não pagam. Todavia, dada a natureza pública da QdV, as externalidades positivas que a ela estão associadas tendem a ser afectadas negativamente se os factores que a condicionam forem afectados negativamente ou deficientemente “oferecidos”. E, de novo, dada a natureza pública da QdV cria as condições favoráveis para que este “bem” seja sub-oferecido (ou esteja sub-disponível) à população dando origem ao que em economia se denomina de “falha de mercado”, uma vez que nenhum agente económico e/ou social tem o incentivo apropriado para o “produzir” e/ou disponibilizar. Esta “falha de mercado” apenas pode ser “corrigida” pela intervenção dos poderes públicos cuja missão reside no fornecimento de bens e/ou serviços para atingirem diversos objectivos sociais, entre os quais a QdV.

A primeira questão de “política” reside em procurar saber “quanto” deste bem (QdV) deve ser disponibilizado, dados os recursos existentes. A questão é pertinente uma vez que os diversos objectivos sociais prosseguidos pela administração têm de competir entre si por recursos que, por natureza, tendem a ser escassos.

Por outro lado, é igualmente indispensável conhecer qual o valor “apropriado” de recursos a afectar à promoção da QdV. Naturalmente que dado o enorme conjunto de factores que concorrem para a noção geral de QdV, torna-se importante seleccionar as suas componentes relevantes para o território em causa de modo a, eventualmente, concentrar nelas os esforços financeiros.

Finalmente, e por razões óbvias, é fulcral encarar a problemática do financiamento das actividades de promoção da QdV e, naturalmente, do próprio papel do estado (nas suas diversas dimensões e escalas) na tarefa de promoção da QdV.

O presente estudo procura assim dar um contributo para a fundamentação das políticas públicas neste domínio em particular, uma vez que se propõe construir uma metodologia que permita a comparação entre os custos e dos benefícios (ao nível do bem-estar e, naturalmente, sobre a noção de qualidade de vida) à escala local, presentes (ou expectáveis) em diversas tipologias de ocupação do espaço de modo a fornecer critérios técnicos robustos de escolha, de decisão e de acção aos decisores com responsabilidade na gestão do território local.

## **6. SINTESE CONCLUSIVA**

O conceito de QdV tem vindo a ser usado como tema de investigação em vários domínios. A literatura disponível pode ser organizada entre os estudos que encaram a QdV, em conjunto com factores económicos puros (PIB *per capita*, custo de vida, emprego, factores capazes de proporcionar economias de escala e externas etc.), como um importante factor determinante no crescimento, no declínio e na competitividade das cidades e aqueles em que a QdV constitui o objectivo central da análise e, conseqüentemente, apresentam formas de a quantificar e de a medir.

No primeiro grupo de estudos o enfoque é colocado no crescimento e na aglomeração urbana e o seu principal objectivo consiste em analisar a importância dos factores/atributos ambientais locais (clima, amenidades e características físicas), da existência de bens e serviços públicos, da prossecução de políticas públicas específicas (incentivos fiscais) capazes de determinar a capacidade das zonas urbanas em atrair pessoas e actividades económicas (Graves, 1976, Glaeser, 1999, Glaeser et al, 2001,

Florida, 2002, Moretti, 2003, Shapiro, 2006, Cheshire and Magrini, 2006, entre outros). Para este grupo de estudos a QdV é apenas encarada de forma indirecta e na medida em que pode ser um importante factor na atractividade exercida pelos aglomerados urbanos e, nessa medida, relevante para o crescimento ou declínio urbano.

Inversamente, o segundo grupo de referências considera a QdV como um importante e directo factor no processo de decisão de localização das pessoas e das famílias sobre onde viver e onde trabalhar. Tipicamente, as abordagens baseiam-se na recolha de informação sobre as preferências das famílias a partir do seu próprio comportamento (preferências reveladas) exposto nos mercados da habitação e de trabalho. Assumindo a constância dos factores ambientais e a rigidez da oferta de habitação (ao menos no curto prazo), os preços devem reflectir a pressão da procura. Todavia, os atributos locais (sobretudo de natureza ambiental) ajudaram a compreender que a realidade observada não confirmava as previsões dos estudos iniciais (Wall, 2001). Na verdade os preços da habitação e os salários pareciam depender mais dos atributos locais ambientais (amenidades, qualidade ambiental, localização) do que de factores estritos relacionados com as condições de mercado e, em particular, com o (des)ajustamento entre a procura e a oferta. A constatação deste fenómeno permitiu o desenvolvimento da metodologia conhecida como preços hedónicos que permite encontrar o impacto dos atributos ambientais específicos a um local têm sobre os preços e em particular sobre o preço da habitação e sobre os salários (preços ou salários implícitos dos atributos locais de natureza ambiental). É justamente esta abordagem que está na origem da construção de índices que procuram sintetizar o nível (revelado) de QdV e a partir dos quais são sugeridos rankings para as cidades (vide, entre outros, Rosen, 1974 e 1979, Roback, 1982, Blomquist et al, 1988, Gyourko e Tracy, 1991, Stover e Leven, 1992, Giannias, 1998).

Ao longo deste artigo, procurou-se dar resposta a dois objectivos específicos do projecto, por um lado, definir o conceito de Qualidade de Vida (QdV) a uma escala local, e por outro, medir as preferências e comportamentos revelados (individuais e colectivos) em diversas formas de ocupação do território (cidade dispersa e cidade compacta).

Como foi referido anteriormente, a caracterização e avaliação dos benefícios associados à ocupação dispersa, à escala local, obriga à definição de uma função, estimada de forma a revelar as preferências de diferentes grupos relativas à Qualidade de Vida nos diversos fragmentos urbanos da cidade. Esta função deverá integrar um modelo global

por forma a confrontar os custos integrados (custos de infraestruturas, da mobilidade e outros) de diversas formas de ocupação urbana com os respectivos benefícios.

Para além do seu carácter mais operativo, de avaliação dos custos e benefícios de uma ocupação dispersa, e mais especificamente de construção de uma função hedónica que traduza diversas dimensões da Qualidade de Vida, é importante, também, relacionar o conceito de QdV com a realidade socioeconómica das populações em estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Blomquist, Glenn C., Mark C. Berger e John P. Hoehn (1988).. 'New Estimates of Quality of Life in Urban Areas'. *American Economic Review* 78 (1), 89-107.
- Cheshire, Paul e Stefano Magrini (2006). "European Urban Growth: Now for Some Problems of Spaceless and Weightless Econometrics", European Regional Science Association.
- Felce, D.; Perry, J.(1995). 'Quality of Life: its definition and measurement'. *Research in Developmental Disabilities*. 16 (1):. 51-74.
- Ferrão, João; Guerra, J., (2004). "Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida. Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente)". Lisboa: ISCTE/ICS.
- Ferriss, A. (2006). 'History of QOL Studies from a Sociological Perspective' In: Sirgy, J. *et al.* 'The Quality-of-Life (QOL) Research Movement: Past, Present, and Future'. *Social Indicators Research* 76 (53): 163-187
- Florida, R. (2002), 'The economic geography of talent', *Annals of the Association of American Geographers* 92 (4): 743-75.
- Giannias, D. (1998) 'A quality of life based ranking of Canadian cities' *Urban Studies* 35 (12): 2241-2251.
- Glaeser, E.L. (1999). 'The future of urban research. Non-Market interactions', discussion paper.
- Glaeser, E.L., Kolko, J., and Saiz, A. (2001) 'Consumer city', *Journal of Economic Geography* 1 (1):.27-51.
- Gomes C., e al, (2008), "A multidimensionalidade do conceito de Qualidade de Vida", *Revista Sociedade e Território* (aceite para publicação)
- Gössweiner, Veronika; Christiane Pfeiffer e Rudolf Richter– (2002). *Quality of Life and Social Quality*. Viena: Austrian Institute for Family Studies.

- Graves, P. (1976) 'A re-examination of migration, economic opportunity, and the quality of life', *Journal of Regional Science* 12(1): 107-112.
- Gyourko, J. e J. Tracy (1991): 'The structure of local public finance and the quality of life'. *Journal of Political Economy* 99 (4):. 774-806.
- Hagerty, Michael R. *et al* (2001). 'Quality of Life Indexes for National Policy: Review and Agenda for Research'. *Social Indicators Research* 55 (1): 1-96.
- Hagerty, Michael R. e Kenneth C. Land (2007). 'Constructing Summary Indices of Quality of Life: A Model for the Effect of Heterogeneous Importance Weights'. *Sociological Methods Research*. 35 (4): 455-496.
- Kitchen, Peter e Nazeem Muahajarine (2008). 'Quality of life research; new challenges and new opportunities'. *Social Indicators Research*. 85: 1-4..
- Marques, J., Figueiredo, E., (2008) "De que depende a percepção social da Qualidade de Vida? Uma análise exploratória para o concelho de Aveiro!", *Associação Portuguesa de Sociologia* (aceite para comunicação).
- Mohan, John e Liz Twigg (2007). 'Sense of Place, Quality of Life and Local Socioeconomic Context: Evidence from the Survey of English Housing, 2002/03'. *Urban Studies*. 44 (10): 2029-2045.
- Moretti, Enrico (2003). 'Human Capital Externalities in Cities' NBER Working Paper No. W9641. Disponível na SSRN: <http://ssrn.com/abstract=398545>
- Myers, Dowell (1988). 'Building Knowledge about Quality of Life for Urban Planning'. *Journal of the American Planning Association* 54 (3):347-358.
- Noll, Heinz-Herbert (2004). *Social Indicators and Quality of Life Research: Background, Achievements and Current Trends*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Ramírez, Juan Carlos de Pablos e Ligia Sánchez Tovar (2002): "Significación de la Calidad de Vida y Revitalización del Espacio Urbano. Un Estudio de Caso". *FERMENTUM*: 34. pp 415-446.
- Roback, J. (1982). 'Wages, rents, and quality of life'. *Journal of Political Economy* 90: . 1257-1278.
- Rosen, Sherwin (1974) 'Hedonic Prices and Implicit Markets: Product Differentiation in Pure Competition' *Journal of Political Economy* 82 (1): 34.
- Rosen, Sherwin. (1979). 'Wage-Based Indexes of Urban Quality of Life'. In Peter Mieszkowski and Mahlon Straszheim (eds.) *Current Issues in Urban Economics*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.

- Royuela, Vicente e Manuel Artís (2006) 'Convergence analysis in terms of quality of life in the urban systems of the Barcelona province, 1991 - 2000'. *Regional Studies*. 40 (5): 485 - 492.
- Santos, Luís Delfim, Isabel Martins e Paula Brito (2005). 'O Conceito de Qualidade de Vida Urbana na Perspectiva dos Residentes na Cidade do Porto'. *Estudos Regionais* 9: 5-18.
- Shapiro, J.M (2006) 'Smart Cities: Quality of Life, Productivity, and the Growth Effects of Human Capital'. *Review of Economics and Statistics* 88 (2),
- Stover, M.E. e C. L. Leven (1992) 'Methodological issues in the determination of the quality of life in urban areas'. *Urban Studies* 29 (5): 737-754.
- Türksever, A. Nilay Evcil; Atalik, Günduz (2001) Possibilities and limitations for the measurement of the quality of life in urban areas. *Social Indicators Research*. 53p. 163-187.
- Wall, H.J. (2001) 'Voting with your feet in the United Kingdom: Using cross-migration rates to estimate relative living standards'. *Journal of Regional Science* 80: 1-23.